

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO- UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS- ICHS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA- DEHIS

Mulheres escravizadas: gravidez, maternidade e as questões do
trabalho no Brasil - século XIX (1830-1888)

Patrícia de Sena Barreto

Mariana- MG

2021

Patrícia de Sena Barreto

Mulheres escravizadas: gravidez, maternidade e as questões do trabalho no Brasil - século XIX (1830-1888)

Trabalho de conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Ouro Preto como requisito básico para a conclusão do Curso de História Bacharelado.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Andrea Lisly Gonçalves

Mariana- MG

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

B273m Barreto, Patrícia de Sena .

Mulheres escravizadas [manuscrito]: gravidez, maternidade e as questões do trabalho no Brasil - século XIX (1830 - 1888). / Patrícia de Sena Barreto. - 2021.

24 f.: il.: color..

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Lisly Gonçalves.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em História .

1. Escravas. 2. Maternidade. 3. Escravidão - Brasil. 4. Trabalho. I. Gonçalves, Andrea Lisly. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 326(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Patrícia de Sena Barreto

Mulheres escravizadas: gravidez, maternidade e as questões do trabalho no Brasil - século XIX (1830-1888)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel

Aprovada em 12 de dezembro de 2021

Membros da banca

Dra. Andréa Lisly Gonçalves Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto))
Dra. Luísa Rauter Pereira (Universidade Federal de Ouro Preto)
)

Andréa Lisly Gonçalves, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 10/01/2022



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Lisly Goncalves, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/01/2022, às 08:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0266047** e o código CRC **83F6CF10**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000297/2022-14

SEI nº 0266047

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: 3135579406 - www.ufop.br

Resumo

O presente artigo procura retratar a vida no trabalho de mulheres escravizadas entre 1830 - 1888, buscando analisar as relações sociais entre senhores e mulheres escravizadas durante o período de maternidade. A escravidão foi estrutural no Brasil. A mão-de-obra escravizada foi utilizada para serviços braçais, o que incluía as mulheres, recorrentemente sujeitas a situações degradantes de existência. Diante dessa realidade, muitas polêmicas permeiam a questão das mulheres escravizadas e a maternidade. Assim, surgiu o interesse em pesquisar as formas de trabalho que essas escravizadas exerciam durante esse período. A questão a ser investigada, a partir da bibliografia sobre o tema, se configura em descrever se realmente existia algum tratamento específico para as escravizadas no período gestacional e puerperal.

Palavras-chaves: Mulheres escravizadas. Maternidade. Escravidão. Trabalho.

Abstract

This article seeks to portray the life at work of enslaved women between 1830 and 1888, seeking to analyze the social relations between masters and enslaved women during the period of motherhood. Slavery was structural in Brazil. Enslaved labor was used for manual services, which included women, recurrently subjected to degrading situations of existence. Given this reality, many controversies permeate the issue of enslaved women and motherhood. Thus, there was an interest in researching the forms of work that these enslaved women exercised during this period. The question to be investigated, based on the bibliography on the subject, consists in describing whether there really was any specific treatment for enslaved women in the gestational and puerperal period.

Keywords: Enslaved women. Maternity. Slavery. Work.

Introdução



Fonte: Brasiliana Iconográfica. Título: Cases a Negres (cena de costume/trabalho). Local de produção: América-Brasil-Bahia. Período; Século XIX- Período Regencial, 1832-1840; Data de publicação: 1838; Pintor: Jules Marie Vincent de Sinety. Essa imagem retrata uma cena comum de trabalho de duas mulheres escravizadas.

O objetivo deste artigo é apresentar algumas questões relacionadas às mulheres escravizadas, no período da gravidez, da maternidade no contexto das relações de trabalho no Brasil, entre 1830 e 1888, buscando apresentar as diferentes formas de tratamentos que as mulheres escravizadas eram submetidas no Brasil, durante o período de gestação, lactação, puerpério e maternidade.

No Brasil, a escravidão foi um sistema socioeconômico que se instaurou no século XVI e durou três séculos. Ela se configura na submissão de homens e mulheres negros vindo de várias regiões da África que, ao chegarem nos portos brasileiros eram comercializados, tornando-se propriedade de senhores sendo sujeitados a uma jornada de trabalho intensa e forçada, na maioria das vezes sem descanso. Os/as escravizados(as) trabalhavam no campo ou na cidade, em lavouras, engenhos, casas senhoriais em afazeres domésticos.

Conforme ressalta Stuart B. Schwartz “só o tráfico de escravos africanos fornecia um abastecimento internacional de mão de obra em grande escala e relativamente estável, que acabou por fazer dos africanos escravizados as vítimas preferenciais [...]” (STUART.2018, p.234). Ressaltamos também os escravizados crioulos (as), nativos do Brasil.

Fundamentado no trabalho compulsório, o sistema escravista se consolidava, o essencial era a produção em grande escala para o mercado, principalmente externo, uma vez que essa mão de obra de escravizados exercia um papel fundamental nos trabalhos que precisavam de força física. Luís Felipe de Alencastro (2018), em estudo sobre África e tráfico transatlântico de africanos escravizados no Brasil ressalta que:

“O tráfico transatlântico de escravos africanos tomou no Brasil uma dimensão inédita no novo mundo. Do século XVI até 1850, no período colonial e no imperial, o país foi o maior importador de escravos africanos das américas. Foi ainda a única nação independente que praticou maciçamente o tráfico negreiro, transformando o território nacional no maior agregado político escravista americano.” (ALENCASTRO.2018, p.56)

Ao se pensar na população de escravizados refletimos que um tema ainda não suficientemente abordado pela historiografia é o da maternidade da mulher escravizada. Assim, algumas questões se colocam: existia algum tratamento específico para essas mulheres? Como “usufruíram” da maternidade? Podiam cuidar dos filhos?

As mulheres escravizadas desempenhavam inúmeros formas de trabalho no Brasil do século XIX, trabalhavam como amas de leite, negras de tabuleiro, babá/ cuidadoras de crianças, cozinheiras. Nas lavouras desempenhavam tarefas como capina, plantio, colheita entre outros, trabalhos estes, que em alguma medida, poderiam interferir na maternidade da escravizadas e nos cuidados com sua prole.

O nosso interesse é abordar algumas formas de trabalho que as escravizadas tinham que desenvolver durante o período da maternidade. O propósito principal da investigação é conhecer quais os tratamentos recebidos durante esse período. A questão investigativa proposta se configura em responder: quais são os tratamentos que senhores e senhoras dispensavam à trabalhadora escravizada durante a maternidade.

Para a elaboração da pesquisa, realizamos um estudo de caráter bibliográfico, em livros, artigos, teses e dissertações, dialogando com autoras como Maria Emília Vasconcelos Santos (2015); Tatiany de Oliveira Simas (2017); Maria Helena Toledo Machado (2018);

Caroline Passarini Sousa (2021); Lorena Féres da Silva Telles (2018) entre outras que retratam o tema.

Dessa forma, pretendeu-se alcançar os seguintes objetivos: identificar quais trabalhos as escravizadas desempenhavam durante a gestação e maternidade, analisando o cotidiano das escravizadas grávidas no ambiente do trabalho compulsório, seja no contexto urbano, doméstico, no campo ou em lavouras no que se refere às atividades exercidas, buscando apresentar alguns modos de tratamento dispensados a estas e problematizando os discursos sobre maternidade no Brasil do século XIX.

Inicialmente, ainda que reconhecendo a complexidade do tema, pretendemos desenvolver aspectos cruciais do processo da escravidão no Brasil no século XIX, na vida das escravizadas, destacando a importância de se compreender as diversas formas de exploração a que essas mulheres estavam sujeitas.

Em seguida, apresentaremos dados sobre o início da fase reprodutiva dessas mulheres. Também ressaltaremos as diversas formas de trabalho por elas desenvolvida. Posteriormente, apresentaremos o universo das amas de leite no oitocentos brasileiro, além de algumas formas de resistência operadas pelas mulheres escravizadas.

1. Aspectos da escravização feminina e maternidade no Brasil século XIX

Pouco são retratadas, na historiografia, as mulheres na condição de escravizadas. Segundo Maria Helena Pereira Toledo Machado (2018), a escravizada e a maternidade foram esquecidas em algumas obras. Para Machado, a mulher escravizada é reconhecida de maneira geral sem distinção de gênero. Segunda a autora:

“Nas pesquisas sobre escravidão, ainda é comum notar que especialistas se referem aos escravos de forma geral, como se estes fossem isentos de gênero e sexo, e pudessem ser inseridos numa categoria única, condições de vida, trabalho, saúde, relações sociais e comunitárias são frequentemente descritas como características de um modo de vida do escravo, sem que em nenhum momento se mencionem as diferenças de homens e mulheres - sejam eles/elas africanos/ as ou crioulas/as- no sistema de trabalho escravo ou na comunidade de senzala.” (MACHADO.2018, p.353)

As mulheres em condição de escravizadas, principalmente durante a gravidez e a maternidade, tinham que lidar com situações em que a violência imperava. A violência contra mulheres escravizadas se manifestava de diversas formas, fossem elas físicas ou psicológicas.

Caroline Sousa, Giovana Tardivo e Marina Haack (2021), apontam que a exploração das mulheres escravizadas talvez se fundamentasse em, pelo menos, um aspecto distinto: a exploração produtiva. Esse seria um dos fundamentos da função dessas mulheres como uma das forças motrizes do trabalho escravizado. Ainda segundo as autoras, as mulheres escravizadas poderiam desempenhar diversas tarefas domésticas e agrícolas em grandes ou pequenas propriedades.

“Os serviços produtivos foram aqueles em que a mulher teve sua força de trabalho explorada para a produção de riquezas de seus senhores(as), podiam se dar no meio urbano e rural ou em localidades nas quais as escravizadas transitavam por entre os “dois mundos”. (SOUSA et al.2021, p. 57)

Nesta perspectiva, ainda é evidenciado, pelas autoras que, em se tratando de maternidade no contexto do trabalho “essas mulheres precisavam cumprir suas tarefas mesmo com a gravidez avançada, já que não eram dispensadas do trabalho pesado.” (SOUSA et al. 2021, p.58)

Neste contexto, Tatiany Simas (2017) afirma, como parte do sistema escravista as mulheres escravizadas poderiam ser exploradas de várias formas, sendo a privação da liberdade apenas o princípio dessa exploração. Dessa forma, o período gestacional para algumas escravizadas era vivenciado como uma fase difícil:

“A gestação para as escravas era um problema, pois, uma vez grávidas, elas não recebiam tratamento adequado e as condições eram as mais severas possíveis. Eram obrigadas a trabalhar e o esforço físico muitas vezes levava ao aborto natural, ou as crianças morriam depois de nascidas. – A razão da alta mortalidade das crianças escravas é apresentada como sendo resultado da volta ao trabalho da escrava parturiente num espaço de tempo curto: cerca de três dias[...]” (SIMAS, 2017, p.20).

Há que se insistir no fato de que as escravizadas vivenciaram diversas experiências de trabalho, sobretudo, na maternidade. Assim, acredita-se que durante a gravidez e puerpério o tratamento a essas mulheres variou de acordo com as relações estabelecidas com os senhores e com a região que elas viviam, isso era um fator primordial para que algum benefício e tratamento especial fossem alcançados, pois o Brasil do período era marcado por diferenças regionais.

Simas (2017) apresenta que entre o período de 1830 e 1856 existiu exploração (trabalho compulsório, repressões violentas) das mulheres escravizadas, mas que também houve muita resistência nesta época contra o sistema da escravidão. Segundo a autora, a resistência começava com desobediências rotineiras e até crimes considerados mais graves como homicídios cometido contra os proprietários. “As escravizadas, a partir de suas

experiências pessoais, elaboraram diversas formas de enfrentamento ao regime escravista.” (SIMAS.2017, p.14).

Há que se destacar, também, o que a historiografia designa como a “agência escrava”, o que significava a resistência cotidiana, a luta pela própria sobrevivência e, até mesmo, a melhora das condições de existência, sem que significasse algum ato violento ou de contestação mais explícita.

Pelo exposto, acreditamos que o período reprodutivo impactava sobre maneira a vida dessas mulheres escravizadas.

1.1. Os desafios da maternidade de mulheres na condição de escravizadas

Marcia Cristina Vasconcellos (2002) argumenta que, com o fim do tráfico internacional de escravos, em 1850, o desafio era a manutenção da escravidão. Assim, para restituir essa mão de obra escravizadas, as mulheres poderiam ter um papel fundamental para a escravidão como possíveis reprodutoras, visto que o tráfico interno se dinamizou. A reprodução feminina das escravizadas iniciava-se, ainda que pudesse haver variações, ainda na adolescência.

Vasconcellos nos revela dados importantes sobre a faixa etária das escravizadas que eram mães, enfatizando que entre 1830 e 1881 houve um crescimento da maternidade entre mulheres solteiras e casadas. A autora ressalta que, antes de se casarem, as escravizadas tinham muito mais filhos, uma vez que iniciavam a reprodução muito novas, com apenas quatorze anos em média. Assim, de acordo com Vasconcellos:

“Para os proprietários, particularmente após 1850, a procriação escrava era uma das possibilidades viáveis de reposição, em médio prazo, da mão-de -obra que se perdia, reposição que não teria sido suficiente em Mambucaba para garantir um crescimento populacional.” (VASCONCELLOS, 2002, p.10-11.)

Nesse sentido, vale ressaltar que a faixa etária de reprodução das escravizadas, segundo Vasconcellos, variava de região para região e que possivelmente não existia um padrão. Sendo assim, ao se pensar na maternidade da escravizada, nos remetemos a uma reflexão acerca das condições a que elas estavam sujeitas no sistema escravista do oitocentos.

Maria Helena Machado (2018) apresenta que:

“Para as mulheres, ser esposas e ser mãe podia implicar desafios consideráveis, além dos riscos inerentes à gravidez, maternidade, lactação e criação de filhos/as sob o jugo da escravidão. Casamento e reprodução pressupunham cumprir uma dupla jornada de trabalho e submeter-se a uma dupla sujeição- ao senhor e ao marido. Para enfocarmos o papel da maternidade na escravidão, devemos, assim, considerar o fato de que homens e mulheres escravizados experienciavam o sistema a partir de lugares distintos, sendo submetidos a diferentes níveis de opressão.” (MACHADO.2018, p.354)

Os desafios que as escravizadas enfrentavam na sociedade oitocentos, durante a maternidade, eram inúmeros, nas palavras de Machado (2018):

“[...] Viajantes descreveram escravizadas com filhos muito pequenos, que iam para a roça amarrados às costas da mãe, e esta passava o seio por cima do ombro ou por baixo do braço, de forma a não parar de trabalhar nem mesmo para amamentar. Há relatos de mães atarefadas na faina agrícola que, para garantir que a criança não sofresse acidentes, as enterravam de pé, deixando apenas a cabeça de fora. Outras tinham que deixar seus filhos sob a guarda de mulheres velhas ou acidentadas, que os alimentavam com papas indigestas. Era comum que jovens recém-paridas, desnutridas e exaustas, procurassem amamentar seus filhos/as durante a noite, oferecendo-lhes, assim, alguma chance de sobrevivência num cenário de alta mortalidade neonatal e infantil.” (MACHADO.2018, 356-357)

Neste caso, podemos presumir que as mulheres escravizadas nem sempre recebiam tratamento mais humanizado durante esse período de maternidade. A exploração, conflitos e desafios com certeza existiam. Porém, Caroline Sousa (2020) ressalta que, em relação ao período gestacional das mulheres escravizadas, de acordo com um projeto apresentado por José Bonifácio, existia a recomendação de que:

“Considerando a gravidez das mulheres escravizadas, o projeto de Bonifácio apresenta alguns cuidados básicos destinados a elas durante esse período. Recomendou que os serviços pesados fossem extintos no terceiro mês de gestação, o recolhimento das gestantes aos serviços exclusivos dentro da casa no oitavo mês, e o descanso das parturientes por um mês após o parto. Numa tentativa de preservar o contato entre mães e filhos durante o primeiro ano de vida das crianças, o autor sugeriu que o trabalho realizado por elas não deveria acontecer longe da criança por um ano.” (SOUSA, 2020, p.186)

Lorena Telles (2018) afirma que, em meados de 1830, com rumores do fim do tráfico de africanos para o Brasil, uma parcela significativa de fazendeiros e médicos se movimentaram no sentido de coibir o trabalho exaustivo de escravizadas gestantes e pós parturientes o que seria uma forma de amenizar as condições de vida das cativas nesse período.

“Desde a década de 1830, no contexto das ameaças do fim do tráfico, as vozes dos médicos e fazendeiros do sudeste cafeeiro levantaram-se contra os regimes de trabalho na lavoura, envolvendo mulheres cativas gestantes e mães de bebês e crianças pequenas. De quem dependeria a continuidade do regime, quando cessassem as deportações de africanos.” (TELLES, 2018, p.84)

Maria Helena Machado (2018) mostra que, ainda que medidas senhoriais de tratamento mais humanizado fossem adotadas, as mães escravizadas, como evidencia Telles, apresentavam uma taxa alta de mortalidade entre as demais escravizadas e, conseqüentemente, de sua prole. Isso ocorria em decorrência de muitos motivos, um deles a alimentação que possivelmente não era adequada, ao que se somava a rotina de trabalho compulsório e também alguns castigos recebidos durante a gravidez, “relatos apontam a prática de posicionar a escravizada grávida nua, deitada de bruços no chão, com a barriga acomodada num buraco, para ser castigada por chicotadas.” (MACHADO.2018, p. 357)

Ainda segundo Machado (2018):

“Para o Brasil, em diferentes épocas e lugares, não são raros os documentos que mencionam a existência de mulheres realizando trabalhos pesados às vésperas do parto, ou relatos que explicam como mulheres deram à luz na roça enquanto carregavam pesos desproporcionais.” (MACHADO.2018, p.356)

Como já mencionado, os dados, de maneira geral, demonstram que, neste período de maternidade poucos eram os benefícios recebidos pelas escravizadas, como apresentamos através da historiografia a maternidade era um desafio, uma vez que muitas, continuavam a exercer o trabalho compulsório na gestação e na maternidade tendo que cuidar de seus filhos (as).

A seguir daremos ênfase ao trabalho das mulheres escravizadas, distinguindo as atividades por elas desenvolvidas.

1.2- Formas de trabalho desenvolvidos por escravizadas

Os tipos de trabalho exercidos pelas escravizadas, variavam de região para região, já que o tamanho e tipo das propriedades eram diferentes, de acordo com a localização geográfica, seja dos centros urbanos, seja das áreas suburbanas e rurais.

O trabalho era diversificado, seja ele desenvolvido no campo ou nos vilarejos, as escravizadas trabalhavam na colheita e no plantio e com o desenvolvimento da economia labutavam em plantações de café e algodão nas fazendas. Exerciam, também, o trabalho doméstico como cozinheiras, faxineira, babás, amas de leite, negra de tabuleiro, entre outros.

Em relação ao trabalho nas lavouras Maria Emília Santos (2015) considera que cabiam às mulheres as tarefas consideradas leves, como por exemplo, preparação do solo, plantio, limpeza e colheita nas plantações de cana:

“Dentro do universo feminino, foram as escravas que compuseram em grande parte o exército de trabalhadores dos canaviais. Quando destacadas para o trabalho nos canaviais, elas se ocupavam de serviço menos pesados como o de juntar as canas em feixes para serem transportados. Muitas das mulheres escravas, nessa ocasião, devem ter-se feito acompanhar por seus filhos pequenos atados as costas, à moda africana. Algumas eram encarregadas de trazer as canas para serem moídas e outras enfiavam as canas nas moendas”. (SANTOS,2015, p.11)

E ainda, que:

“As tarefas agrícolas básicas necessárias para o cultivo da cana se resumem a preparação do solo, plantio, limpeza periódica e colheita. A preparação do solo, o plantio e a limpeza tinham a participação de mão de obra feminina[...]. Para as mulheres, como vimos, a tarefa de coser, o cuidado com crianças pequenas, suas ou de comadres, o serviço doméstico e da lavoura, fizeram parte do mundo feminino rural de fins do século XIX embora as escravas com maior frequência acumulassem as três atividades.” (SANTOS,2015, p.12)

Marcelle Guimarães (2020), ressalta as atividades desenvolvidas pelas mulheres escravizadas no contexto doméstico, no século XIX, revelando o árduo ofício que era o trabalho doméstico na sociedade brasileira, ressaltando que as atividades domésticas englobam várias funções como cozinhar, lavar, costurar, limpar, cuidar de crianças etc. Salientamos que as escravizadas domésticas poderiam possuir benefícios próprios que auxiliariam no ganho de moedas, ressaltamos que isso não acontecia, em geral, na lavoura (só na área urbana) e até na carta de alforria, mas tudo dependeria da relação social que o senhor e a escrava teriam, até porque, o desempenho de atividades domésticas pressupunha uma relação mais amigável e de confiança entre eles.

No trabalho doméstico as mulheres escravizadas eram fundamentais para o sistema escravocrata. Eram mucamas, damas de companhia e criadas. As mucamas seriam aquelas escravizadas que acompanhariam sua senhora em atividades sociais, estando mais inseridas no contexto familiar das esposas e filhos. Já as criadas eram importantes para as tarefas domésticas da casa, mas é fundamental frisar que como mencionado por Santos (2015) as escravizadas desempenhavam até três formas de trabalho diário, mesmo durante a gestação:

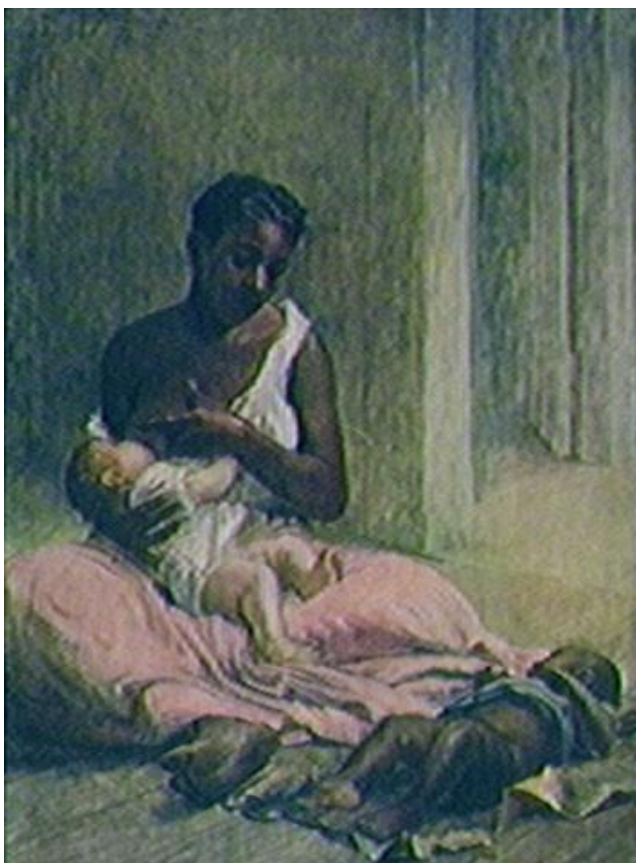
“As mulheres que desempenhassem quaisquer das funções domésticas que estivessem no período gestacional ou lactante também eram obrigadas a deixar seus filhos ou cercear boa parte dos cuidados maternos para amamentar a prole da senhora, assim de criadas e mucamas passavam a executar as tarefas de amas de leite, babas, cuidadoras e contadoras de estórias para as crianças brancas e livres[...].” (GUIMARÃES,2020, p.6)

A partir do que apresentamos até o momento, é possível entender que as mulheres escravizadas enfrentavam duas formas de escravidão a partir da reprodução e produção. Em suma chegamos à conclusão que o tratamento, durante todo o período de maternidade, variava de região e de acordo com o tipo e tamanho da propriedade a qual pertencia.

A compreensão desse processo reprodutivo, assim como as formas de trabalho nos leva a pensar outros períodos da maternidade das parturientes, como a lactação e criação dos filhos.

Assim, na próxima sessão, evidenciaremos algumas considerações acerca da lactação e cuidados dos filhos para essas mulheres, em específico abordaremos a situação das amas de leite.

2. A maternidade das amas de leite no contexto do trabalho escravizado



Fonte: enciclopédia Itaú cultural (mãe preta, 1912); Lucílio de Albuquerque, óleo sobre tela, c, s, e medidas originais 130,00cmx180,00cm na fonte ressalta que reprodução fotográfica é de autoria desconhecida. Na imagem observa-se as dificuldades da ama escravizada obrigada a se dividir entre os cuidados da criança dos senhores e a sua própria.

Conforme apresentamos anteriormente, a escravidão das mulheres se distinguiu em uma ou mais formas de exploração, portanto ressaltamos que a maternidade era um período muito complexo e multifacetado. Vivendo sob condições adversas as escravizadas (Africanas e Crioulas) eram subordinadas de acordo com a sociedade do oitocentos. Logo, nesta parte do artigo, será abordado o contexto histórico da maternidade das amas de leite ou da “mãe preta”.

A ama de leite era a escravizada que vivia entre a casa grande e a senzala. A presença das amas de leite, nas famílias do oitocentos, era essencial para o cuidado de crianças brancas. A escravizada, inserida no contexto familiar, executava a tarefa de cuidar e amamentar as crianças, função considerada comum na paisagem oitocentista.

“Mulheres negras ocupadas como amas de leite foram invocadas na pintura, na literatura de ficção e de memórias oitocentistas e no período pós-abolição, representadas como símbolos do carinho, da gratidão e da devoção a seus senhores no interior de uma escravidão doméstica idealmente doce e benevolente. (TELLES.2018, p. 213)

Como podemos perceber na imagem abaixo, mesmo que encenada, a ama de leite era retratada com certo requinte, como se vê pelas suas roupas e penteado.



Fonte enciclopédia Itaú cultural; Ama de leite com criança,1880. Albert Henschel cartão de vista, coleção Francisco Rodrigues. Fundação Joaquim Nabuco (Recife, PE).

A foto, de 1880, feita em estúdio, representa a relação, certamente idealizada, entre a escravizada (ama de leite) e a criança. Os cuidados com as crianças, filhos de brancos, compreendiam: colocar para dormir, alimentar e ensinar as primeiras palavras, portanto eram delas os cuidados essenciais que essas crianças recebiam, embora o sistema da escravidão desvalorizasse essas mulheres como seres humanos desconhecendo, voluntariamente, as muitas formas de resistência por elas articuladas de forma coletiva ou individual.

Geórgia Quintas (2009), aponta que, para o trabalho de cuidados e criação dos filhos dos senhores recrutavam-se as melhores mulheres da senzala para ama de leite. Pois:

“Algumas características eram importantes no momento da escolha da negra ou mulata para dar de mamar e cuidar do bebê. Escolhia-se, dentre as melhores escravas da senzala, as mais limpas, bonitas, fortes e, principalmente as já cristãs e com assimilação brasileira, enfim, as menos africanizadas.” (QUINTAS.2009, p.16)

Dessa forma, destaco a maternidade da mulher escravizada como um dos fundamentos para compreender os debates sobre a manutenção do sistema escravista.

Além da exploração da mulher escravizada no âmbito da casa senhorial, como ama de leite, não podemos deixar de mencionar as agências escravas que se fundamentavam na exploração do leite materno de cativas, escravizadas que eram alugadas para o aleitamento da prole das famílias brancas. Pois era comum a venda, troca e aluguel de escravas para desempenhar as tarefas domésticas, na área rural ou urbana. O serviço era anunciado em jornais.

“Em virtude do aumento progressivo do preço das cativas, com o fim definitivo do tráfico africano, numerosas famílias recorreram a escravas alugadas, estabelecendo-se uma relação direta entre trabalho doméstico e a prática de aluguel.” (TELLES,2018, p.57.)

Todavia, a maternidade, principalmente no contexto urbano, era determinada por interesses senhoriais, assim como os cuidados que essa escravizada receberia. Como troca pelo serviço prestado, eram proibidas de exercer completamente o papel de mãe de sua própria prole. Nas palavras de Maria Elizabeth Carneiro (2006), as escravizadas:

[...] Foram mulheres desapossada de si, de seu desejo de mãe, de amamentar suas próprias crias, coagidas a serem aleitadoras de outras crianças. Estavam ali designadas em uma relação de nomes que remetem ainda a outras mães e mulheres, que, igualmente dominadas, foram obrigadas a abrir mão de seu filho ou filha para manter a aparência “honrada”. (CARNEIRO. 2006,p.28)

Em seguida, afirma que:

[...] Eram objetos imaginados em relação aos prazeres do sexo, que foram encenados com o antagonismo de corpos de mulheres que escravizadas, até porque elas eram mercadorias que se vendiam e comprovam, mulheres feitas em corpos de que se apropriam. Eram corpos de que se tomava posse e que costumavam ser “possuídos” (...) tal desapossamento era um aspecto que definia corpos de mulheres cativas, identificava seus serviços e desenhava seus destinos. (CARNEIRO.2006, p.30)

Ressaltamos ainda que as cativas amas de leite também prestavam serviço nas instituições de saúde, nas Santas Casas de Misericórdia, alugadas para alimentar crianças enjeitadas. Em seu artigo, Carneiro (2006) expõe que mesmo sendo exploradas pelo aleitamento, se faziam necessários alguns cuidados com as escravizadas em relação a higiene, sendo examinadas por médicos.

De acordo com a autora, as amas de leite eram sujeitas importantes para o aleitamento de crianças da sociedade oitocentos, pois “[...] elas aparecem geralmente entrelaçadas aos discursos que tratam da necessidade de seus corpos e serviços em demandas privadas de famílias proprietárias e nos negócios que se multiplicam em torno das práticas da escravidão doméstica e urbana.” (CARNEIRO. 2006,p.35)

Mas, para a escravizada a maternidade poderia envolver outro problema, qual seja, a separação de suas crianças pela venda no comércio de escravos. Afonso de Alencastro mostra, em seu artigo sobre São João del Rei oitocentista, que o número de crianças comercializadas no mercado de escravos, cresceu ao longo do século. Ainda que não constituíssem a maioria dos nascituros e das crianças, por volta de 1850 “52,53% dos filhos separados estavam na faixa etária inferior a dez anos. Portanto, a maioria dos filhos separados se encontrava em idade improdutiva, e mais, 12,53% careciam de cuidados maternos” (GRAÇA FILHO, 2007, p.60)

As formas de resistência à opressão do cativo e às ameaças sobre a prole eram diversas e, até mesmo, contraditórias e incluíam fuga, aborto, suicídios, infanticídios entre outros. Segundo Machado (2018):

[...] Senhores de escravos e seus agentes- sobretudo os médicos desconfiavam que as escravizadas faziam uso de estratégias contraceptivas, realizavam abortos ou mesmo o infanticídio, de forma a inviabilizar o visado aumento de capital humano reprodutivo. A utilização de inúmeras ervas e remédios abortivos, a introdução de elementos cortantes ou perfurantes no útero e, finalmente o infanticídio foram por certo estratégias empregadas pelas mulheres; no entanto, as fontes não permitem determinar a extensão dessas práticas.” (MACHADO.2018, p.358)

Nesta perspectiva, Maria Helena Machado (2018) ainda exemplifica que:

“Sabemos, por exemplo, que em áreas algodoeiras as mulheres subtraíam sementes de algodão, para mascá-las como contraceptivo ou abortivo, e que diferentes cocções de ervas eram utilizadas para provocar aborto. [...] há ainda relatos pungentes de mães que sacrificaram seus filhos para não os entregar à escravidão. Para as mulheres escravizadas, ser mãe engendrava situações altamente dúbias, nas quais as alegrias da maternidade vinham misturadas ao medo dos maus-tratos, da separação e de outras dificuldades que causariam sofrimento a criança.” (MACHADO.2018, p.359)

Maria Lúcia de Barros Morr (1989) mostra que, na condição de ama de leite, algumas escravizadas sabotavam o aleitamento.

“A literatura do século XIX aconselhava às senhoras, que amarentassem (sic) elas próprias seus filhos, pois as escravas eram acusadas de certas, práticas, realizadas com o intuito de prejudicar a amamentação dos bebes proprietários, como colocar pimenta no bico do seio, dar paninhos para que chupassem e não reclamassem de fome.” (MORR.1989, p.92)

Como parte das medidas de resistência, não podemos deixar de mencionar as revoltas e fugas. Essas fugas poderiam ocorrer em direção a Quilombos, localizados em meio à mata onde eles(as) residiam e resistiam à escravidão coletivamente.

Neste contexto, em busca de liberdade, mesmo após a Lei do ventre livre em 1871, algumas mães escravizadas optavam pela fuga, uma vez que seu filho nasceria livre e ela ainda estava em condição de escravizada. Lenira Lima da Costa (2004) descreve em seu artigo um dos exemplos dessas fugas, o da escrava Jacintha, nas palavras de Costa (2004):

“Sabendo-se que a criança estava livre mas a mãe não, encontramos cativas que fugiam grávidas depois de 1871: “fugio [...] a escrava Jacintha[...] tem marcas antigas de surras nas costas e uma cicatriz no rosto, está em adiantado estado de gravidez. [...]” (DO-10/08/1872), as marcas de Jacintha mostram o tipo de tratamento que uma mulher poderia ter, não sabemos se sofreu os castigos quando já estava grávida, mas sabemos dos casos de aborto e má formação do feto que ocorriam por causa dos trabalhos forçados, fome e maus-tratos que as gestantes sofriam, além de que, não havia tratamento especial dedicado aos recém-nascidos mesmo que pela lei estivessem livres. A fuga poderia ser a garantia de melhores cuidados e até mesmo da sobrevivência da criança.” (COSTA. 2004, p. 8)

Vale ressaltar que a resistências das mulheres cativas ocorria de diversas formas, assim acreditamos que houve submissão e dominação, mas também houve resistência e luta por parte dessas mulheres. De acordo com Simas (2017), a resistência das cativas se dava de forma variada “enquanto umas travavam lutas por meio de sedições, fugas e conflitos, outras enfrentavam peijas por sua liberdade nos tribunais” (SIMAS.2017, p.21).

Quando refletimos acerca da questão das mulheres escravizadas, no período da gravidez e da maternidade, a partir da observação de algumas fotografias, percebemos que tais mulheres são retratadas no contexto do trabalho. Assim, presumimos que, de certa forma, elas continuavam a exercer suas atividades laboriais. O que deixa claro que, no contexto da maternidade, para algumas dessas mulheres, não existia tratamento especial.

Lorena Telles (2018) aponta que muitas mulheres escravizadas vivenciaram sua gestação e parto suportando um rotina de trabalhos excessivos e castigos severos. Segundo a autora, “[...] além das ameaças de torturas, o convívio próximo com suas donas e donos poderia proporcionar às meninas escravizadas outras tensões, durante seus partos.” (TELLES.2018, p.132). Como exemplo, apresenta que:

“Em 1881, a crioula Florentina, de 13 anos, estava grávida de seu senhor, Augusto, que era amásio de sua senhora, “uma preta- mina de nome Felicidade”. A garota era expulsa de casa no momento de dar à luz e vivia momentos de desamparo.” (TELLES.2018, p.132)

Segundo a autora, mulheres escravizadas africanas e crioulas vivenciaram a maternidade no contexto do trabalho até às vésperas do parto em propriedades senhoriais ou de locatários. E que quando davam à luz algumas recebiam ajuda de parteiras:

“Para as africanas e crioulas da cidade, jovens e meninas parturientes de primeiro filho ou mães experimentadas, seria desejável poder contar com uma comadre de sua confiança, que fizesse parte de suas redes de solidariedade e com as quais pudessem partilhar visões de mundo acerca do bom proceder, durante o trabalho do parto e dos rituais com recém nascidos.” (TELLES.2018, p.134)

Porém, ressaltamos que nem sempre isso acontecia, muitas vezes quem auxiliava o trabalho de parto de mulheres escravizadas eram mulheres livres e libertas empobrecidas, principalmente:

“No contexto da pequena e média propriedade urbana, as parteiras eram em sua maioria mulheres livres e libertas empobrecidas que atuavam na freguesia, solicitadas pelos senhores e por eles remuneradas, podendo agir contrariamente aos interesses das escravizadas.” (TELLES.2018, p.134)



Fonte: Portal Geledés. Imagem I escravizada com o filho, salvador, em 1884. Marc Ferrez/acervo Instituto Moreira Salles

Fonte: Portal Geledés Imagem II escravizada com criança Bahia 1870 (acervo Instituto Moreira Salles). Autor não informado

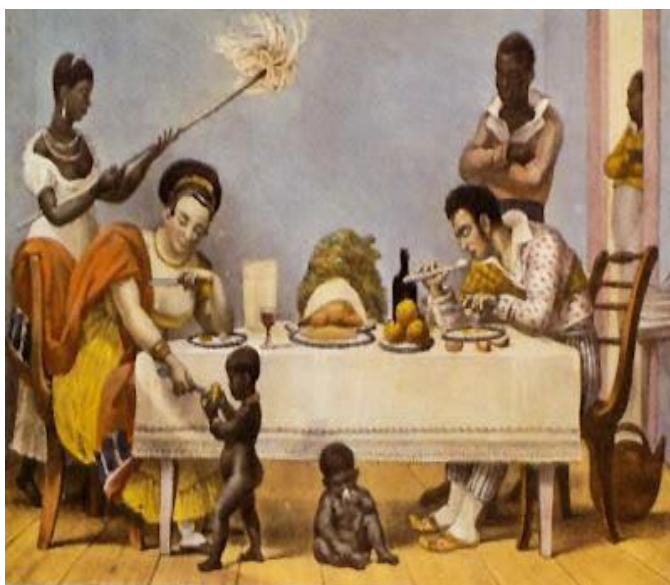


Utilizamos essas fotografias como forma de exemplificar o que estamos ressaltando. Na primeira fotografia, de 1884, vê-se uma escravizada com seu filho em uma cena representativa de trabalho como quitandeira. Já na segunda fotografia, de 1870, o retrato da ama de leite ou cuidadora zelando pela criança branca.

Percebemos também que existe contraste nas vestimentas, demonstrando as diversas representações da maternidade das escravizadas. É possível perceber as diferentes relações sociais a partir dessas imagens.

Diante do fato, torna-se relevante evidenciar as formas de tratamento que as escravizadas domésticas recebiam no contexto urbano. A partir dessa colocação, apresentamos no tópico a seguir, o contexto que permeia a maternidade no âmbito urbano.

2.1- Maternidade no âmbito do trabalho urbano.



Um jantar brasileiro, 1827 (Jean Baptiste Debret). Litografia aquarelada à mão, usamos essa imagem para demonstrar um dos trabalhos que as mulheres escravizadas desempenhavam (atividade doméstica) no âmbito urbano. Também é possível observar um pouco da maternidade da escravizadas, filhos ao chão, sem muitos cuidados.

As tarefas desempenhadas pelas escravizadas eram, em suma, fundamentais para a família oitocentista, principalmente para as senhoras, uma vez que estamos retratando o trabalho doméstico como, cozinhar, lavar, arrumar, limpar, costurar, cuidar de criança entre outros.

Sendo assim, o trabalho doméstico estava a cargo, em sua maioria, da mão de obra escrava feminina. De acordo com Marcus Carvalho (2003):

“A maioria dos serviços domésticos enquadrava-se neste caso. Era trabalho feminino, qualquer que fosse a condição legal de quem o executasse. Mas alguns trabalhos “de portas afora” também eram atribuídos a mulheres. Entre as tarefas das amas estava fazer as compras da casa. Buscar água, e até levar meninos e meninas às aulas. Havia escravas treinadas para estas funções, permitindo a permanência da sinhá no lar, fosse por escolhas próprias ou pelas imposições patriarcais que limitavam o acesso das honradas a rua. (CARVALHO.2003, p.47)

Em grande parte, o trabalho escravo não incluía remuneração, porém algumas exceções poderiam acontecer a partir das relações estabelecidas entre senhor e escravizada à exemplo das escravas de ganho.

Uma outra questão que parece importante é a da assistência à saúde. A princípio, pouco se fala da questão de assistência à saúde dos cativos, um tema que desperta muito interesse, uma vez que as condições de trabalho, vivência em cativeiro, o modo de vida insalubre e sob coação refletia na saúde dos escravizados, sobretudo, nas mulheres. Logo, presumimos que, durante a gravidez, as cativas não recebiam assistência e ainda continuavam com a rotina de trabalho árduo.

Segundo Telles (2018) as escravizadas viviam sua gravidez no âmbito doméstico sob pressão do trabalho compulsório e dos anseios das relações entre senhores e senhoras, suportavam uma infinidade de desafios durante o período de maternidade.

Dadas as dificuldades na maternidade como um todo, inclusive na criação de seus filhos, com o intuito de preservar, cuidar, zelar e proteger, as escravizadas buscavam o apadrinhamento de senhores ou de pessoas com mais recursos, pessoais e econômicos. Talvez um dos aspectos mais difíceis da maternidade escrava fosse o fato de saber que seus filhos eram propriedade de seus senhores.

Elizabeth Abrantes e Francinete Pereira (2013) destacam que as mães escravizadas tentavam a todo custo manter sua prole junto dela, inclusive poderiam recorrer à fuga para garantir a liberdade de seus filhos. As autoras também descrevem que, em relação aos bebês escravizados, os proprietários não se desfaziam deles tão rapidamente, uma vez que faziam uso da escrava para ama de leite.

Para as autoras, em questão de cuidados da sua prole no contexto urbano:

“Na cidade a realidade não era diferente, como podemos perceber através do olhar europeu das iconografias, que retratam mulheres escravas ou livres com os filhos amarrados às costas e os tabuleiros na cabeça enquanto as mesmas vendiam seus variados gêneros alimentícios.” (ARANTES et al. 2013, p.4)

Neste contexto, ao retratarmos a condição da mulher escravizada na maternidade, percebemos algo bem complexo. Ao se tornar mãe, a cativa compreendia que seus filhos necessitavam de cuidados que, na condição de escravizadas, não poderia dar por completo. Sem os devidos cuidados, muitas crianças poderiam vir a falecer. Para essas mães uma forma de assegurar que sua prole receberia atenção era deixar sob cuidados de terceiros, geralmente mulheres escravizadas mais velhas. Caso tal não fosse possível a única saída era levá-las junto delas ao trabalho.

Assim, segundo as autoras, no século XIX as mulheres escravizadas enfrentavam muitos desafios em relação à maternidade seja em grandes ou em pequenas propriedades.

A rotina de trabalho urbano, seja dentro de casas senhoriais ou fora, devido os aluguéis de mão de obra, tornava a maternidade uma tarefa das mais difíceis. De acordo com Telles (2018), para piorar a vida das gestantes e mães escravizadas muitos senhores as vendiam junto da sua prole ou separadamente:

“[...] Os senhores, ao designar os ofícios e a gravidez das africanas e crioulas que colocavam à venda, oferecem janelas por meio das quais podemos vislumbrar as condições de trabalho e os desafios vívidos para meninas e mulheres durante suas gestações, quando seus destinos eram colocados no mercado, ao longo de século XIX. (TELLES.2018, p. 87)

Na perspectiva da autora isso era recorrente ao longo das décadas de 1830 a 1870, pois a venda da escravizada, no período gestacional, poderia ser rentável para o proprietário, uma vez que para alguns deles o período gestacional da cativa poderia implicar na capacidade e eficiência do trabalho que elas desenvolvia principalmente no fim da gravidez. Uma outra preocupação acerca da maternidade das cativas seria as complicações da gestação e do parto que, nas palavras da autora, poderiam deixar a escravizada inativa ou até mesmo levá-la à morte.

Logo, a preocupação aparente sempre foi com a produção e a incapacidade temporária de exercer o trabalho. Todavia, como mencionamos no início desse tópico, a maternidade escrava, no contexto do trabalho, era complexa e as instabilidades eram constantes, a incerteza era um sentimento diário na vida de mulheres africanas e crioulas grávidas. Logo, a rotina de trabalho seja no âmbito urbano e doméstico ou em lavoura (fazendas) era árduo e, via de regra, não as isentava do trabalho compulsório.

Considerações Finais

Foi possível observar durante a pesquisa que o tema da maternidade de mulheres escravizadas é pouco retratado pela historiografia, principalmente pela perspectiva dessas mulheres como agentes históricos. “Ao tentar entender a vivência de mulheres negras e mães no período da escravidão deparei-me com vazios, apagamentos, desmemórias e deslembanças”, afirma Andreza Ferreira (FERREIRA.2018, p. 46)

De nossa parte, percebemos que houve uma tendência ao esquecimento da história dessas mulheres escravizadas durante a maternidade, e quando tal esquecimento ocorre isso resulta em um silenciamento, ou seja, silenciam-se também fatos importantes de uma época. Como apresenta Lorena Telles(2018);

“[...] as mulheres africanas e crioulas escravizadas e suas experiências da maternidade foram assimiladas à função anônima e impessoal da reprodução, termo este que ocultou a historicidade das relações sociais envolvidas na geração, nos partos e nas práticas de cuidados de bebês e crianças.” (TELLES.2018, p.44)

Ao longo do nosso trabalho discorreremos sobre essas mulheres na condição de escravizadas, como agentes de sua história, resistindo à opressão. “As mulheres escravizadas estiverem envolvidas nas mais diversas formas de resistência, desse modo podemos considerá-las agentes de suas próprias histórias mesmo diante de um quadro de repressão constante [...]”. (SIMAS 2017p.18)

Mulheres escravizadas, sejam africanas ou crioulas, que vivenciaram a maternidade durante a escravidão no Brasil oitocentista, passaram por muitas experiências de exploração e dominação, enfrentaram, durante a maternidade, rotinas exaustivas de trabalho em propriedades senhoriais urbanas e no campo, com afazeres doméstico e em lavouras. Sobrecarregadas com muitas funções, essas mulheres também resistiram ao trabalho forçado, a castigos e à privação da liberdade.

Ao longo do nosso artigo ressaltamos alguns modos de tratamento a que as escravizadas estavam sujeitas, tratamentos certamente desumanos. Ao final, compreendemos que, nas questões relacionadas ao trabalho de escravizadas, possivelmente, não existia nenhum tratamento específico para as mulheres no período de gestação e puerpério, e se existiu foi apenas para amenizar, quase que de forma insignificante, as jornadas diárias de trabalho compulsório.

Assim, neste artigo, evidenciamos algumas das experiências que as mulheres escravizadas vivenciaram durante a maternidade no contexto dos trabalhos urbanos e rurais. A hipótese que desenvolvemos é que a maternidade de escravizadas nos leva a compreender outras facetas da escravidão no decorrer do século XIX. Consideramos a premente necessidade de restituir o lugar da mulher escravizada na formação da sociedade oitocentista.

Referências

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. PEREIRA, Francinete Poncadilha. **A mulher escrava no Maranhão oitocentista: breve análise sobre a maternidade escrava.**2013.p, 23-101.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. **África, Números do tráfico atlântico.** 2018. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org). Dicionário da Escravidão e Liberdade, 2018,p, 56-63.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se “Preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”:** uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca(1850-1888). 2006
- CARVALHO, Marcus j.m.de. **De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife 1822-1850.** 2003
- COSTA, Lenira Lima da. **Resistencia feminina: as fugas de escravas no contexto da lei do ventre livre em Pernambuco.** 2004
- FERREIRA, Andreza Carvalho. **Ensaio sobre a noção de pessoa escravizada: gestação de ingênuos, mães escravas e filhos cativos no período do ventre livre.** Amazônica: revista de antropologia, v.10, p.44-57,2018.
- GUIMARÃES, Marcelle. **Escravas domésticas no século XIX: o papel da mulher na sociedade escravocrata.** Revista científica semana acadêmica. Revista científica semana acadêmica. Fortaleza, ano 2020, n°. 000196,25/06/82020. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/escravas-domesticas-no-seculo-XIX-o-papel-da-mulher-na-sociedade-escravocrata>, Acessado em 02/10/2021
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **Tráfico e famílias escravas em Minas Gerais.** In: GONÇALVES, Andréa Lisly, ARAUJO, Valdei (orgs.). **Estado, região e sociedade: contribuições sobre a história social e política.** Belo Horizonte: Argumentvm, p.49-61.
- MACHADO, Helena Pereira Toledo. **Mulher, Corpo e Maternidade.** 2018. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org). Dicionário da Escravidão e Liberdade, 2018, 353-360
- MORR, Maria Lúcia de Barros. **Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio.** Revista de História (USP), São Paulo, v.120, p.85-96,1989
- QUINTAS, G.A.; **Amas- de –leite e suas representações visuais: símbolos socioculturais e narrativos da vida privada do nordeste patriarcal- escravocrata na imagem fotográfica.** Revista Brasileira de sociologia da emoção, v.8, p.11-44,2009.
- SANTOS, Maria Emília Vasconcelos. **Os trabalhadores dos engenhos e suas experiências.** 2015
- SIMAS, Tatiany de Oliveira. **Histórias de resistências de mulheres escravizadas em Pernambuco (1830-1856).** 2017
- SOUSA, Caroline Passarini. HAACK, Marina Camilo. TARDIVO, Giovana Puppini. **Localizando a mulher escravizada nos mundos do trabalho.** 2021

SOUSA, Caroline Passarini. **Raça, gênero e maternidade: as mulheres escravizadas na proposta de emancipação gradual de José Bonifácio.** 2020

SCHWARTZ, , Stuart B. **Escravidão indígena e o início da escravidão africana.** 2018. In:

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org). **Dicionário da Escravidão e Liberdade,** 2018, 227-234

TELLES, Lorena Féres da silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888).** 2018.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina de. **Casamento e maternidade entre escravas de Angra dos Reis, século XIX.** In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. Caderno de Resumos, 2002. v. 01. p. 16-16.

Referências de imagens

AMA-DE- LEITE com criança. In: Enciclopédia Itaú cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural,2021. Disponível em: <http://enciclopédia.itaucultural.org.br/obra19648/ama-de-leite-com-crianca>. Acesso em: 08 de outubro de 2021. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

BRASILIANA ICNOGRÁFICA. **Cases Negres.** Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19925/cases-a-negres>. Acesso em: 23set.2021.

HISTÓRIA POR IMAGEM. **A desigualdade expressa num simples jantar do Brasil colonial.** Disponível em: <http://historiaporimagem.blogspot.com/2011/10/jean-baptiste-debret-um-jantar.html>. Acesso em:28 out.2021

MÃE PRETA. In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <https://enciclopédia.itaucultural.org.br/obra3242/mae-preta>. Acesso em: 13 de outubro de 2021. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

PORTAL GELEDES. **10 raras fotografias de escravos brasileiro feitas 150 anos atrás.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/10-raras-raras-fotografias-de-escravos-brasileiros-feitas-150-anos-atras/>. Acesso em: 12 out.2021